



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Gurgel Bickel, Cristiano

A produção associada autogestionária na construção civil como estratégia para a integração do sistema da economia social na autogestão territorial

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 15, núm. 2, noviembre, 2013, pp. 25-42

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951684003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

A PRODUÇÃO ASSOCIADA AUTOGESTIONÁRIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL COMO ESTRATÉGIA PARA A INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DA ECONOMIA SOCIAL NA AUTOGESTÃO TERRITORIAL

CRISTIANO GURGEL BICKEL

R E S U M O *Neste trabalho problematiza-se o segmento autogestionário da construção civil como um lugar teórico-prático de transformação socioeconômica para a superação da produção capitalista do espaço. Para tanto, formulam-se críticas à cultura produtiva, em suas formas heterogestionária e autogestionária, estabelecendo-se proposições teórico-práticas para um amplo funcionamento da economia social no setor da construção civil. Essas proposições estão sintetizadas nos conceitos de canteiro-escola para autogestão e redes de construção autogestionária, enfocando-se respectivamente a reprodução sociopolítica do trabalho associado na construção civil e a reprodução socioeconômica da produção associada em autogestão no território. Dessa forma, por meio da atuação integrada de cooperativas de trabalho, produção e consumo nos segmentos imobiliário, infraestrutura e serviços de construção civil, concebe-se um sistema socioprodutivo em economia social como estratégia para a autogestão territorial.*

P A L A V R A S - C H A V E : *Autogestão; Construção Civil; Cultura Produtiva; Economia Social; Produção do Espaço.*

INTRODUÇÃO

A investigação crítica proposta pelo presente trabalho visa a ampliar noções teórico-práticas acerca dos modos de organização socioprodutiva do setor da construção civil no sistema da economia social, por meio do trabalho e da produção associada em autogestão no território como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico-espacial sustentável e responsável. Com esse enfoque, problematizo a cultura produtiva na construção civil na atualidade em seus encaminhamentos heterogestionários e autogestionários, considerando suas diferentes interações na vida social, economia e produção do espaço. No desdobramento dessa análise crítica, considerando o segmento autogestionário do setor da construção civil como um lugar teórico-prático de transformação socioeconômica para superação das práticas capitalistas na produção do espaço, formulo proposições à cultura produtiva autogestionária, estabelecendo premissas teórico-práticas baseadas na

lógica da economia social para promover a reprodução sociopolítica das práticas autogestionárias do trabalho associado e a reprodução socioeconômica da produção associada em autogestão no território, respectivamente, com as noções de canteiro-escola para autogestão e de redes de construção autogestionária. Essas proposições visam a ativar, por meio das atividades socioprodutivas da construção civil, um sistema de produção associada autogestionária no conjunto da economia social e seu respectivo mercado não concorrencial e solidário. Por sua vez, esse sistema socioprodutivo autogestionário da construção civil na economia social é caracterizado fundamentalmente pela integração de cooperativas de trabalho, produção e consumo, atuando nos segmentos imobiliário, infraestrutura e serviços de construção, articulados à autogestão territorial. Em última análise, as presentes proposições teórico-práticas são concebidas para contribuir no desenvolvimento da integração socioeconômica do sistema da economia social brasileira e, por extensão, sul-americana. Essas proposições apontam fundamentalmente para os desafios de superação das práticas capitalistas dominantes, mediante a reordenação da cultura produtiva autogestionária na construção civil, direcionada para uma atuação integrada da economia social na produção autogestionária do espaço.

CRÍTICA DA PRODUÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

A construção civil é central para a economia e a sociedade, estando presente em qualquer tipo de espaço, de permanência contínua ou temporária, em qualquer escala, com fins individuais, coletivos, privados ou públicos. Dessa forma, é perceptível que a representação social do setor da construção civil se insere numa relação direta e objetiva ao atendimento das demandas construtivas da sociedade com a produção propriamente dita de espaços e respectivos suportes materiais. Além disso, esse setor possui uma representação econômica compreendida tanto pelo senso comum quanto pelo douto na estrita função de desenvolver a economia, mediante o atendimento das demandas sociais construtivas que provêm esses suportes espaciais e materiais para a vida cotidiana.

Assim, na produção da construção civil, várias práticas socioeconômicas estão aí imbricadas, ativando-se a circulação e recirculação de produtos diretos e indiretos ao setor da construção civil, em suas formas usuais mercadológicas de compra, venda, revenda, arrendamento, locação e financiamento imobiliário e produtivo, e em recentes virtualizações financeirizadas. Essas práticas socioeconômicas envolvem elementos produtivos e financeiros aplicados, por exemplo, em propriedades imóveis e fundiárias, incorporações e títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários. Com isso, o setor da construção civil incrementa o resultado global da produtividade econômica do país, elevando o produto interno bruto, ao diversificar as operações produtivas e de investimentos financeiros. Essa atuação garante a geração de benefícios econômicos diretos, indiretos e futuros para proprietários e investidores, os quais estão relacionados como agentes da produção propriamente dita, incorporação, mercado de crédito imobiliário e de títulos financeiros. Nesse contexto socioeconômico, concepções utilitaristas e economicistas, muito presentes e reforçadas na atualidade socioprodutiva do setor da construção civil, favorecem a intensificação da segregação econômica e socioespacial.

Por conseguinte, as relações sociais de produção, articuladas especialmente ao setor formal da construção civil, lidam com formas heterônomas exploratórias do trabalho humano, promovem alta concentração de recursos financeiros, beneficiam uma economia especulativa da terra, utilizam materiais, tecnologias e recursos naturais de maneira não sustentável, entre outros aspectos próprios dos mecanismos socioeconômicos manejados por sua cultura produtiva heterogestionária, submetida à lógica da produção capitalista do espaço. Dessa forma, o setor da construção civil se insere amplamente nas diversas práticas socioeconômicas segregadoras que comandam a produção e reprodução dos espaços propriamente ditos, com sua socioeconomia dominada por interesses privados e seus respectivos usos sociais e econômicos orientados à reprodução da acumulação de capital.

Portanto, no âmbito teórico-prático da produção da arquitetura e do urbanismo, essa crítica da produção capitalista dirigida ao setor da construção civil deve ser problematizada à luz da crítica da produção do espaço, sob o enfoque da teoria socioespacial lefebvriana, ultrapassando-se as usuais concepções utilitaristas e economicistas, para elaborar uma problematização mais aprofundada do fenômeno socioeconômico-espacial relacionado à dinâmica da construção civil na produção do espaço submetido ao capital. Dessa forma, a concepção lefebvriana da produção social do espaço é fundamental para a elaboração teórica da presente reflexão crítica para situar a produção da construção civil no interior das contradições socioeconômicas da produção capitalista do espaço. Nesse sentido, Lefebvre (2008, p. 80) combate pressupostos de uma racionalidade urbana funcionalizada pela lógica do capital, alertando para a essencialidade da tomada de consciência e reconhecimento da dinâmica segregadora da produção capitalista do espaço, “para não perpetuar um erro teórico e prático; erro que consiste em pretender derivar da racionalidade empresarial, experiência da industrialização, modelos e esquemas aplicáveis à realidade urbana em formação”. Na abordagem socioespacial de Lefebvre (1973; 2008), a própria sobrevivência do capital no cotidiano da vida social se configura pela reprodução das relações de produção na produção do espaço. Por sua vez, a construção civil possui um papel essencial na produção propriamente dita de espaços e seus respectivos suportes materiais, desempenhando um papel central no cotidiano da “reprodução das relações de produção” na economia e na sociedade. Assim, é preciso investigar a dinâmica socioeconômico-espacial envolvida nas diversas interações do setor da construção civil com as esferas social, política, econômica, cultural e espacial, mediante a análise da própria dinâmica da reprodução dessas relações de produção na vida cotidiana e na produção do espaço. Nesse sentido, Lefebvre (2008, p. 47-48) afirma que o avanço das forças produtivas capitalistas conduziu a uma mudança radical do paradigma da transformação do espaço urbano relacionado à “reprodução dos meios de produção” para a “reprodução das relações de produção”, na própria totalidade da “produção do espaço”, o que engendra as condições socioeconômico-espaciais para a “vida cotidiana”.

Por sua vez, Carlos (2011, p. 63) reforça essa perspectiva lefebvriana de que o espaço é “condição, meio e produto da reprodução social”. Porém, em um determinado momento da história, o espaço se transforma em mercadoria e seu valor de troca se impõe como condição para a realização social de forma a destituir seu valor de uso. Ou seja, de meio para a realização da vida, o espaço passa a obedecer a lógica de reprodução da acumulação de capital. Nesse sentido, conforme situa Lefebvre (2001, p. 171), “a cidade e a realidade urbana seriam, nessa hipótese, o lugar por excelência e o conjunto

dos lugares onde se realizam os ciclos da reprodução, mais amplos, mais complexos, que os da produção que eles envolvem". Dessa forma, sob o controle do capital, o processo de reprodução da vida social realiza-se como fenômeno socioeconômico circunscrito à produção do espaço.

Todavia, o resultado da produção capitalista do espaço é a contraditória constituição socialmente degradada do espaço na vida urbana. Para Lefebvre (2008, p. 149), a urbanização da sociedade corresponde à "deterioração da vida urbana", envolvendo a privatização da vida social e a segregação socioespacial, sendo denominada pelo autor como "contradição do espaço", de maneira que "de um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e de decisão política, do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir". Nesse sentido, a tomada de consciência dessa problemática da produção social do espaço, que encerra a vida urbana na lógica da produção capitalista do espaço, conduz Lefebvre (2006, p. 116-117) à famosa proposição crítica que reivindica amplamente o "direito à cidade", sob a condição de que "só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada". Assim, considera a condição urbana "lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre bens", e, portanto, necessita encontrar "sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utiliza recursos da ciência e da arte". Por sua vez, Kapp (2012, p. 465) reforça a contemporaneidade desse conceito lefebvriano do direito à cidade, em sua amplitude crítica conexa às transformações sociais radicais dirigidas à emancipação social, alertando para o uso indiscriminado desse conceito, em uma perspectiva reducionista do termo, para fins de aplicações sociais parciais e, sobretudo, apaziguadoras. Além disso, ampliando esse debate, Harvey (2008, p. 23) afirma que o direito à cidade vai além da dimensão individual de inclusão ou de acesso aos recursos urbanos e serviços públicos essenciais. O direito à cidade toca-nos no direito "de mudar a nós mesmos mudando a cidade". E, mais que um direito do indivíduo, o direito à cidade é da ordem dos direitos fundamentais da cidadania, uma vez que "depende do exercício de um poder coletivo de remodelar o processo de urbanização".

Diante desse horizonte crítico, é possível inferir que a construção civil, ao edificar os suportes materiais e espaciais propriamente ditos nas cidades, contribui para estruturar relações socioeconômicas de segregação socioespacial, dirigindo a produção propriamente dita do espaço à reprodução das relações capitalistas de produção na produção social do espaço. Em outras palavras, a significação socioespacial das práticas construtivas na produção capitalista do espaço não se reduz à simples resolução de questões de ordem construtiva ou espacial ocultando formas exploratórias do trabalho humano aliadas ao rentismo de propriedades imobiliárias e fundiárias, as quais, edificadas nas cidades, utilizam privativamente os espaços urbanos e mantêm os mecanismos segregadores em sua reprodução socioeconômica. Portanto, o setor da construção civil, como parte estruturante da produção capitalista do espaço, contribui para ordenar a vida urbana a fim de favorecer a reprodução da acumulação de capital, mantendo privilégios sociais de classe e ocupação privilegiada de espaços, constituindo suportes materiais e espaciais para a manutenção dessa dinâmica de reprodução socioeconômica segregadora. Contradicitoriamente, a própria produção desses suportes materiais e espaciais pela construção civil contribui para deteriorar a vida urbana que se constrói socialmente, como forma de segregação socioespacial.

Em contraposição, partindo desse posicionamento crítico à produção da construção civil na produção capitalista do espaço, a discussão elaborada neste trabalho se dirige à radicalidade da teoria socioespacial lefebriana, que aponta para a necessidade de criar estratégias de autogestão na produção do espaço, generalizadas na vida social, com vistas à formulação de alternativas para a efetivação do direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES À AUTOGESTÃO NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Num horizonte amplo, o conceito de autogestão lefebriano implica autonomia e emancipação social, que se desdobram em noções sociopolíticas e socioeconômicas relacionadas à ativação da cidadania ativa na vida social, como também à gestão organizacional democrática e poder de decisão sobre os processos de urbanização. Assim, conforme concebe Lefebvre (2008, p. 144-145), a autogestão é um “novo modo de produção”, que se insere não somente por meio das transformações das relações de produção, mas conserva sua força e subversão também pelo fato de apresentar uma nova forma de produzir o espaço. Ou seja, além de estabelecer uma forma coletiva de gestão dos meios de produção, essa nova forma de produzir se define pela “gestão e produção coletiva do próprio espaço”. Por outro lado, para Mothé (2009, p. 45), a autogestão parte de uma “ambição antropológica” com vistas à libertação social das pessoas, por meio de sua emancipação da ideologia capitalista dominante. Dessa forma, o termo traz consigo outra conotação para o sentido socioeconômico de progresso, que se desprende da noção de produção ampla e contínua de riquezas para atrelar-se à produção social de uma “democracia criadora”. Sendo assim, autogestão significa uma verdadeira revolução nas bases sociais, culturais, políticas, econômicas e territoriais, por meio de complexas redefinições das relações sociais entre economia, sociedade e desenvolvimento espacial. Por sua vez, Singer (2002) propõe ao conceito de autogestão a sua aplicação à gestão de empreendimentos cooperativos e, em especial, às estruturas socioprodutivas do cooperativismo. Nesse sentido, o autor define autogestão como outra forma de organização da produção e do trabalho associado, que é própria da gestão cooperativista, diferindo-se da heterogestão, que se estabelece com controle, divisão e hierarquização do trabalho na produção capitalista. Dessa forma, a noção de autogestão está especialmente relacionada à autonomia socioprodutiva, convergindo-se em formas de participação democrática direta e de poder decisório coletivo compartilhado entre os próprios trabalhadores associados no contexto organizacional e operacional de suas atividades autogeridas. Desse direcionamento socioprodutivo coletivo e autogestionário decorre também a articulação entre concepção e execução, havendo a integração de todos os membros da organização no exercício laboral dos trabalhos manuais e intelectuais, sem hierarquização de suas funções socioprodutivas e socioeconômicas. Assim, esse modelo socioprodutivo de autogestão, sob a forma de produção associada autogestionária, compreende desde a socialização dos meios e dos resultados produtivos até as práticas de consumo responsável em formas de democracia e cidadania ativas, praticadas no trabalho, produção, consumo e na vida social. Além disso, pela democratização e horizontalização das relações sociais do trabalho e da produção associada autogestionária, há uma perspectiva objetiva para se reduzir

desigualdades socioeconômicas, fortalecendo formas autênticas de autonomia pela participação direta e práticas de solidariedade, em uma cidadania ativa e socialmente responsável, o que se apresenta como um caminho para a emancipação e justiça social, em sentidos amplos e irrestritos dos termos.

Apesar de toda a complexidade teórico-prática em discussão, parece somente haver dois caminhos possíveis para as práticas socioprodutivas, que podem ser situados nas práticas heterogestionárias ou autogestionárias. E, em ambos os casos, são reproduzidas relações de produção na produção do espaço, que são socialmente distintas. Por esse raciocínio, a cultura produtiva pode estar em uma condição socioprodutiva heterônoma, que controla hierarquicamente e divide socialmente o trabalho, submetendo a produção a desígnios externos. Disso decorre que, na vida social e, consequentemente, na produção social do espaço, haja a predominância de uma condição socioprodutiva heterônoma, alienando, controlando hierarquicamente e dividindo socialmente o trabalho, além de submeter a produção, o espaço e a vida cotidiana a uma externalidade normativa, totalitária, que, por sua vez, reproduz socialmente formas de alienação, controle e privilégios de classe. Por outro lado, a cultura produtiva pode estar em uma condição produtiva autogestionada, que, autônoma e democraticamente, gere o trabalho e a produção em formas de autodeterminação e autonomia coletiva, autogestionando as relações sociais de produção com princípios de solidariedade, reciprocidade e democracia, o que implica uma construção social autonormativa e libertária, em cujas relações socioeconômicas existem capacidades de promover-se emancipação e justiça social. Em linhas gerais, essa dualidade entre a heterogestão e a autogestão, como formulações estruturantes para a vida social na produção do espaço, constituem premissas fundamentais para a elaboração crítica do presente trabalho.

Assim, reforço a citada perspectiva lefebvriana, que situa o sentido da autogestão como forma de transformação social, passando pela formulação de um novo modo de produção autogestionário na produção do espaço, conduzido à emancipação e justiça social. Consequentemente, esse modo de produção pressupõe o exercício da autonomia em uma dada coletividade socioprodutiva, engendrando novas formas libertárias para a produção social do espaço, que se reproduziriam por meio de sua respectiva cultura produtiva autogestionária.

Nesse contexto, apresento a seguir proposições teórico-práticas para uma reordenação da cultura produtiva autogestionária da construção civil, como estratégia para uma atuação integrada da economia social na produção autogestionária do espaço.

PROPOSIÇÕES À PRODUÇÃO ASSOCIADA AUTOGESTIONÁRIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A AUTOGESTÃO TERRITORIAL

As presentes proposições teórico-práticas de constituição de um autêntico sistema de economia social articulado à autogestão territorial, pela integração socioeconômica-espacial da produção associada autogestionária na construção civil, voltam-se, especialmente, para a necessidade de uma profunda mudança do paradigma socioeconômico da própria cultura produtiva autogestionária para desenvolver interações socioprodutivas que integrem territorialmente o trabalho associado à produção autogestionária e o mercado solidário. Nesse sentido, os instrumentos teórico-práticos de economia social, focando na integração trabalho-produção-consumo autogestionária na produção do espaço, apontam possibilidades factíveis para estabelecer-se uma socioeconomia autogestionária territorializada, sustentável, responsável, justa e emancipada do capital ou da dependência do Estado.

A cultura produtiva autogestionária na construção civil brasileira, na atualidade, relaciona-se principalmente com o setor informal e alternativo da construção civil e se caracteriza fundamentalmente pelas práticas autogestionárias do trabalho e da produção associada, por meio de grupos informais e entidades formalizadas como associações e cooperativas, em que prevalecem as práticas sociais de reciprocidade, cooperação e solidariedade. Nesse contexto, são geralmente atribuídas aos atores da produção associada autogestionária funções socioeconômicas especialmente relacionadas à resolução prática de demandas de interesse social. Assim, é recorrente a noção de que atividades socioeconômicas realizadas por meio da autogestão sejam atividades socioprodutivas emergenciais ou complementares ao capitalismo. Por esse entendimento, cumpre à produção associada autogestionária efetivar direitos sociais essenciais, como o acesso à moradia e geração de trabalho e renda, como também realizar atividades secundárias pelos desfavorecidos pelo capital.

Com efeito, o papel social da produção associada autogestionária na construção civil é compreendido no lugar socioeconômico que o Estado ou as empresas capitalistas não conseguem atender ou não se interessam por realizar, seja em razão da complexidade econômica e do risco dos investimentos de capital envolvidos, seja pela baixa lucratividade que as demandas sociais representam. Além disso, são desconsideradas várias formas de ativações socioeconômicas e alternativas socioprodutivas não monetárias, que são típicas da economia social, como permutas e redes de trocas solidárias; como também são relativizados na produção associada autogestionária na construção civil aspectos socioeconômicos envolvidos em financiamentos produtivos, créditos imobiliários, compras coletivas e a ativação econômica de cadeias produtivas diretas ou indiretas à construção civil. Nesse conjunto, enfatizo ainda a grande dispersão das atividades socioprodutivas na construção civil, o que dificulta uma análise mais precisa do comportamento e da amplitude do segmento autogestionário no setor da construção civil e da sua inserção no sistema da economia social brasileira.

Essas considerações importam aqui exatamente pela compreensão, no senso comum e douto, sobre a atuação da produção associada autogestionária na construção civil ocorrer restrita ao atendimento de interesse social, notadamente no segmento habitacional e circunscrita a práticas socioprodutivas fragmentárias, cuja orientação

socioeconômica é voltada para atividades de subsistência que são eminentemente antieconômicas. Assim, geralmente, as associações e cooperativas habitacionais são compreendidas como organizações mutualistas, em uma forma especial de assistência social, o que conduz à inobservância das características socioeconômicas próprias das sociedades cooperativas, inerentes à sua configuração formal como categoria econômica da economia social.

Por sua vez, essa condição socioeconômica mutualista não permite constituir na economia social uma base socioeconômica organizada sob a lógica do cooperativismo que seja adequada à reprodução socioprodutiva em autogestão e estruturada no território para desenvolver suas funções sociais e econômicas concomitantes. De fato, na prática, a produção associada autogestionária na construção civil desenvolve suas atividades socioeconômicas de maneira doméstica, fragmentada e dispersa, o que não contribui para a inserção global das atividades da construção civil no conjunto da economia social. Essa condição implica uma redução da amplitude socioeconômica dessas atividades socioprodutivas relacionadas ao segmento autogestionário do setor da construção civil no sistema da economia social. Além disso, recai no recorrente equívoco de considerar que não seja possível articular desenvolvimento socioeconômico sem os fins lucrativos, envolvendo todos os segmentos socioprodutivos da construção civil, compreendidos desde as atividades imobiliárias até as atividades de infraestruturas e serviços de construção em geral.

Todos esses pressupostos necessitam ser problematizados, uma vez que apontam para noções equivocadas no âmbito dos próprios princípios socioprodutivos autogestionários e das possibilidades de atuação no sistema da economia social da produção associada autogestionária na construção civil. Dessa forma, contrapondo a esse cenário, o presente trabalho defende proposições de viabilidade socioeconômico-espacial para a constituição de outra cultura produtiva autogestionária para a produção associada na construção civil e a configuração de um respectivo sistema socioprodutivo de construção em redes autogestionárias, baseadas em autogestão no território e em afirmação dos princípios essenciais da economia social, relativos à reciprocidade, cooperação e solidariedade, para a produção autogestionária do espaço.

Para tanto, primeiramente, considero a necessidade de implementar mudanças nos processos de formação e capacitação profissional para a autogestão. Portanto, proponho o conceito de *canteiro-escola para autogestão*, voltado ao desenvolvimento de uma perspectiva político-pedagógica para o trabalho associado na construção civil, de maneira que, pela produção associada autogestionária, possibilite-se a educação para a autogestão como um processo mais amplo de emancipação social e reprodução sociopolítica da lógica autogestionária. Além disso, considerando a organização socioprodutiva das atividades da produção associada autogestionária, relacionadas à construção civil, e para uma atuação do conjunto dessas atividades em um sistema socioeconômico de economia social, proponho o conceito de *redes de construção autogestionária*, referente ao próprio desenvolvimento do sistema produtivo autogestionário e da formulação do seu respectivo mercado autogestionário em economia social, pela integração da produção associada autogestionária na construção civil em autogestão territorial.

A noção de uma economia social efetiva, a partir do segmento autogestionário da construção civil, mediante a formação profissional para autogestão e a organização de um sistema de produção associada autogestionária em redes

territorializadas, surge, em amplo sentido, do objetivo de buscar alternativas concretas para a economia e a sociedade se orientarem à emancipação social em contraposição à submissão irrestrita ao capital, dominante na produção socioespacial contemporânea. Ambos os conceitos implicariam, assim, transformações na própria cultura produtiva autogestionária e em suas formas de educar, trabalhar, produzir e consumir, organizadas, sincronicamente, na atuação da construção civil no sistema da economia social e na produção socioespacial.

Dessa forma, a concepção teórico-prática desse sistema socioeconômico em autogestão para a construção civil é caracterizada, fundamentalmente, por cooperativas de trabalho, produção e consumo, atuando por meio da intercooperação de vários segmentos de cadeias produtivas em autogestão no território, incluindo a concepção de educação para a autogestão, trabalho livre, produção emancipada e mercado autogestionário solidário para um efetivo sistema de economia social, constituído territorialmente através da atuação integrada do segmento autogestionário do setor da construção civil. Consequentemente, contribuiriam também para alterar-se o paradigma dominante heterogestionário da produção capitalista, a fim de estabelecer o paradigma autogestionário da produção associada em economia social, promovendo-se o desenvolvimento socioeconômico aliado ao desenvolvimento socioprodutivo em autogestão territorial.

CANTEIRO-ESCOLA PARA AUTOGESTÃO: REPRODUÇÃO SOCIPOLÍTICA DAS PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS DO TRABALHO ASSOCIADO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Em uma perspectiva de educação para a autogestão integrada à produção associada autogestionária na construção civil, apresento a presente proposição teórico-prática do *canteiro-escola para a autogestão*. Esse conceito está fundamentalmente dirigido à reprodução das práticas sociais de autogestão, em constante aprendizado dos valores e princípios autogestionários, para a constituição de uma base sociopolítica de reprodução ampliada do trabalho associado e promoção de desdobramentos das experiências autogestionárias, realimentando-se a produção associada autogestionária da construção civil no sistema da economia social. Por sua vez, é importante enfatizar que o canteiro-escola relaciona-se formalmente às sociedades cooperativas, em autonomia laboral e gestão socioprodutiva autogestionária, em que trabalhadores socialmente organizados possuem participação direta e poder decisório compartilhado coletivamente, em constante debate social acerca do trabalho e da produção organizada em autogestão. Além disso, todos os membros da organização, sem hierarquização de funções ou divisão social do trabalho, articulam conjuntamente a concepção e a execução das operações socioprodutivas autogestionárias, integrando o exercício laboral dos trabalhos manuais e intelectuais, aprendendo e ensinando a gestão democrática pelo seu próprio exercício coletivo da autogestão.

A noção de um canteiro-escola para a autogestão compreende o constante aprendizado autogestionário das atividades socioprodutivas de construção civil nos próprios ambientes de trabalho da produção associada autogestionária, envolvendo

o desenvolvimento das atividades produtivas paralelamente ao desenvolvimento das competências laborais para trabalhar e produzir em autogestão, por meio da reciprocidade, cooperação e solidariedade. Dessa forma, primeiramente, o canteiro de obras de uma produção associada autogestionária em construção civil deveria conformar-se sob a lógica da cultura produtiva autogestionária para poder elaborar as competências laborais relacionadas à autogestão. Posteriormente, a vivência e o aprendizado do próprio trabalho associado autogestionário poderiam promover desdobramentos para ir além do aprendizado do trabalho socioprodutivo propriamente dito, reproduzindo as práticas sociais autogestionárias em outras frentes de trabalho associado. Isso possibilitaria condições sociopolíticas para a reprodução do trabalho em autogestão e representaria a reprodução socioeconômica da produção associada autogestionária na construção civil por meio da organização de novas cooperativas de construção autogestionária, o que, portanto, poderia favorecer o conjunto da economia social em sua integração socioeconômica articulada à autogestão territorial.

Nesse sentido, o canteiro-escola aponta para o saber contido nas próprias relações sociais de produção, articulando a práxis socioprodutiva à práxis socioeducativa em uma dinâmica sociopolítica de “ação-reflexão-ação”. Conforme concebe Freire (2006, p. 84): “[...] aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.” E, a partir dessa perspectiva freiriana, que considera o trabalho princípio educativo para a emancipação social, Tiriba (2001) propõe a noção de uma “pedagogia da produção associada”. Tal conceito repactua trabalho e educação, redimensionando tanto os processos socioeducativos quanto os processos socioprodutivos, o que implica uma construção social ampla, e sua perspectiva se orienta para a emancipação social, colocando-se em contato direto com a própria dialética das práticas sociais o sujeito, o trabalho associado e a produção autogestionária. Conforme propõe Tiriba (2001, p. 217), “o desafio é como articular os dois campos de conhecimento e de ação, por meio de um processo práxico que redimensione, ao mesmo tempo, a questão da racionalidade econômica e da racionalidade educativa”. Portanto, a educação é compreendida como parte de um processo social de transformação do próprio processo de autonomia laboral pela autogestão. Assim, ainda segundo Tiriba (2001, p. 225), “para os trabalhadores associados, tornam-se indispensáveis os espaços educativos que privilegiam a socialização e a produção teórica, tendo o saber práctico como ponto de partida e os novos saberes e as novas práticas sociais como ponto de chegada”. A produção associada autogestionária, ao oportunizar a educação para a autogestão, cria condições para alterar o próprio exercício associativo do trabalho autogestionário, transformando as estruturas sociopolítico-econômicas envolvidas. Tiriba (2001, p. 191-192) considera, com isso, a consciência da práxis autogestionária um fundamento teórico-prático, em que “o processo de trabalho mostra-se como instância e como processo educativo, em que o trabalhador articula o que-fazer com o pensar, criando novas técnicas e buscando os fundamentos prácticos e teóricos que podem dar sentido à sua atividade”. E, como uma “cultura do trabalho de novo tipo”, na concepção de Tiriba (2007), a “pedagogia da produção associada” carrega as sementes para uma nova cultura do trabalho associado na produção autogestionária.

Nesse sentido, Tiriba (2007, p. 92-93) aponta para três princípios teórico-práticos,

que fundamentam essa noção pedagógica da produção associada autogestionária. O primeiro princípio refere-se à *ativação da cidadania* como premissa fundamental para ultrapassar a reivindicação de direitos sociais e promover a sua efetivação nas práticas sociais cotidianas. O segundo princípio é a *práxis social*, que afirma a conexão entre o aprendizado dos valores solidários e os comportamentos sociais necessários ao estabelecimento das novas relações de produção. E, por fim, o terceiro princípio refere-se à *construção cotidiana da solidariedade*, que deve ser incorporada e praticada na própria organização do trabalho e na gestão da produção associada. Além disso, Tiriba (2001, p. 195) formula a sua “pedagogia da produção associada”, tomando por base a perspectiva político-pedagógica de Gramsci, destacando o conceito de hegemonia como forma política das relações sociais entre o trabalhador e seu grupo associado, em que o consenso move as práticas sociais autogeridas. Portanto, para o processo autogestionário no sentido da emancipação social é importante ressignificar os sujeitos na autonomia individual e coletiva de seu trabalho, como contribuição única do indivíduo na coletividade inscrita pelo grupo social de suas atividades produtivas associadas em autogestão.

Por sua vez, desdobrando-se as experiências do trabalho associado para a produção associada autogestionária em outros processos socioprodutivos na construção civil, a atual conformação dos canteiros de obras do segmento autogestionário da construção civil, muitas vezes restrito à “assistência social” e compreendido como “não econômico”, poderia capacitar as pessoas consideradas “desqualificadas” pelo capital para atividades socioprodutivas em autogestão no território. Sendo assim, o canteiro-escola qualificaria as pessoas para a continuidade das práticas autogestionárias, emancipando-as da exploração capitalista do trabalho, com a abertura de novos arranjos socioprodutivos de trabalho associado em produção autogestionária, que se voltariam para o conjunto da reprodução social, política e econômica das atividades da produção associada autogestionária na construção civil em autogestão territorial. Nesse cenário prospectivo, o canteiro-escola conforma-se em uma verdadeira escola sociopolítica para a autogestão socioprodutiva, possibilitando ao trabalhador ampliar o trabalho autogerido pela aquisição da sua qualificação profissional para atuar continuamente em autogestão no território. Por essa perspectiva, a produção associada como exercício político-pedagógico de autogestão abre-se à multiplicação de suas esferas de inserção social, política e econômica contribuindo para reproduzir os contextos socioprodutivos, socioeconômicos e socioespaciais do trabalho associado e da produção associada autogestionária na produção do espaço. Assim, o canteiro-escola é extremamente relevante para constituir qualificação profissional para a autogestão. Porém, sua maior relevância está nos desdobramentos socioespaciais das práticas autogestionárias que poderiam estruturar-se em um sistema socioeconômico de produção associada autogestionária na construção civil.

Nesse desdobramento sistêmico do *canteiro-escola para autogestão*, proponho o conceito de *redes de construção autogestionária*, conforme se segue.

**REDES DE CONSTRUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA:
REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA
DO SISTEMA DA ECONOMIA SOCIAL
EM AUTOGESTÃO TERRITORIAL**

A proposição teórico-prática do conceito de *redes de construção autogestionária* corresponde, fundamentalmente, à dinâmica socioeconômica de reprodução das relações de produção autogestionárias no desenvolvimento socioeconômico-espacial, a partir da constituição de um autêntico sistema de economia social, por meio da produção associada autogestionária na construção civil brasileira e, por extensão, sul-americana. Assim, esse sistema autogestionário de economia social é concebido para promover-se a integração das atividades socioprodutivas autogestionárias da construção civil que atuam nos segmentos autogestionários relacionados à produção imobiliária, infraestrutura e serviços de construção em autogestão territorial. E, por conseguinte, a produção associada autogestionária na construção civil se abre para um mercado autogestionário solidário, essencialmente não concorrencial, que se integraria a esse sistema socioprodutivo em redes de autogestão no território. Dessa forma, a presente proposição de constituição das redes de construção autogestionária, orientada à autogestão territorial a partir da produção associada autogestionária na construção civil, representa fundamentalmente alternativas estratégicas para a reordenação das relações sociais do trabalho e das formas de organização da produção e consumo, o que implicaria, no conjunto da economia e da sociedade, formas sustentáveis e responsáveis para o desenvolvimento socioespacial.

Para subsidiar essa proposição das redes de construção autogestionária e ampliar o debate crítico acerca da superação das práticas capitalistas na produção do espaço e da reconfiguração da cultura produtiva autogestionária na economia, na sociedade e no desenvolvimento espacial, baseio-me no conceito de “redes de colaboração solidária”, elaborado por Mance (1999; 2002). Para tanto, evidencio a seguir a dinâmica das redes autogestionárias como estratégia socioeconômica, que fundamenta a viabilidade socioeconômica-espacial para o estabelecimento da cultura produtiva autogestionária na construção civil, sob o marco da autogestão territorial. Primeiramente, para Mance (1999, p. 24), a noção de redes em autogestão compreende

[...] uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável.

Por sua vez, essa ligação entre as unidades de uma rede estabelece um vínculo reverberante, na medida em que cada ligação gera um fortalecimento de cada unidade entre si. Isso gera novas unidades, fortalecendo o conjunto. E, finalmente, o conjunto, fortalecido, dissemina-se em mais unidades ou se mantém em equilíbrio no sistema autogestionário de que participa. Em amplo sentido, as redes autogestionárias configurariam uma nova forma de organização da economia e sociedade pela autogestão. Nesse contexto, Mance (1999, 2002) define dez propriedades básicas relacionadas ao

funcionamento socioeconômico de uma rede autogestionária. Para tanto, considera três propriedades revolucionárias: autopoiesis, intensividade e extensividade; três propriedades de crescimento: diversidade, integralidade e realimentação; e quatro propriedades operacionais: fluxo de valor; fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. Por sua vez, a conjugação de todas essas propriedades é o que chamo de capacidade de convergência das redes autogestionárias em determinados segmentos socioeconômicos e em determinadas socioespacialidades, que é capaz de constituir, sistematicamente, conforme define Mance (1999, p. 203), um verdadeiro “círculo virtuoso” entre trabalho, produção e consumo. Portanto, segundo Mance (1999, p. 208), as redes de colaboração solidária são capazes de aproximar continuamente organizações sociais, econômicas, políticas e culturais em laços socioeconômicos, que conectam unidades de produção, consumo e serviços em um movimento contínuo de reprodução socioprodutiva autogestionária. Isso permite a criação de postos de trabalho, o aumento da renda dos participantes, o fortalecimento da economia e do poder local e a transformação sociocultural das sociedades em que o sistema de redes autogestionárias é implantado.

Por sua vez, Coraggio (2000, p. 122) ressalta que

[...] é preciso que as redes canalizem intercâmbios substantivos de bens e serviços, desenvolvendo relações de complementariedade entre os distintos elementos da economia popular, gerando tensão para as microestruturas no jogo estimulante de ser necessário para outros e de ter necessidade dos outros, em relações dinâmicas.

Nesse sentido, para as redes de construção autogestionária funcionarem de forma efetiva, é preciso constituir-se relações dinâmicas entre os diversos atores e segmentos autogestionários da construção civil, em uma constante intercooperação na economia social, baseada no intercâmbio solidário de produtos e serviços integrados em colaboração solidária.

Assim, para estabelecerem-se ações efetivas da produção associada autogestionária na construção civil, no âmbito do sistema da economia social, é pertinente que o ponto de partida ocorra pelo segmento socioprodutivo mais presente e recorrente na atualidade da autogestão na construção civil, que é a produção imobiliária habitacional. Nesse ponto de partida, situam-se principalmente as demandas por moradia, atendidas por iniciativas de autoprodução organizadas em associações e cooperativas habitacionais, conforme discutido anteriormente. Dessa forma, a partir do *canteiro-escola*, as *redes de construção autogestionária* poderiam realizar inicialmente ações de integração desses atores socioeconômicos.

Nesse contexto, essas ações seriam integradas a partir das atividades autogestionárias, diretas ou indiretas à produção habitacional, podendo, posteriormente, ser ampliadas a todos os segmentos da construção civil. Oportunamente, no processo produtivo da produção habitacional autogestionária estariam os embriões de cooperativas de construção autogestionária, configurando sociedades cooperativas de trabalho, produção e consumo, tanto para a produção habitacional quanto para a produção autogestionária da construção civil em geral. Sobretudo, partindo da produção habitacional e dirigindo-se à infraestrutura urbana, haveria desdobramentos da produção associada autogestionária na construção civil em redes autogestionárias de trabalho, produção e consumo solidário, que, por sua vez, consolidariam a

perspectiva sistêmica da presente proposta para a constituição de redes de construção autogestionária na construção civil brasileira e, por extensão, sul-americana. Além disso, as ações socioconstrutivas organizadas em economia social e integradas em autogestão no território poderiam iniciar um processo de constituição de um sistema socioeconômico-espacial de economia social a partir do desenvolvimento das redes de construção autogestionária, como um sistema socioprodutivo autogestionário de construção em redes de colaboração solidária em autogestão territorial, capaz de intercambiar, em um mercado solidário, os diversos atores da produção associada autogestionária na construção civil e a sociedade como um todo. Assim, a produção associada autogestionária na construção civil em autogestão no território não apenas permitiria convergir os materiais, as tecnologias e os serviços laborais, que constituem os valores de uso para a produção da construção civil, mas se iniciaria concretamente um amplo processo de reconfiguração de valores de uso socioeconômico-espaciais no conjunto da economia social em autogestão territorial.

Nesse sentido, as redes de construção autogestionária, além de produzirem novas edificações e novas espacialidades urbanas ou rurais, por exemplo, requalificariam edificações insalubres e abandonadas, recuperariam áreas degradadas e as dotariam de infraestrutura física, em diversas situações socioespaciais. Essas ações significam arranjos socioprodutivos que cooperativas de construção autogestionária poderiam realizar integradas às redes em autogestão no território, inclusive para alavancar a atuação sistêmica e sua convergência socioespacial. Nessa prospecção teórico-prática, as ações autogestionárias coordenadas sistemicamente poderiam desenvolver cadeias produtivas de economia social no segmento autogestionário do setor da construção civil, envolvendo trocas diretas, moedas sociais e comércio justo em redes integradas socioeconomicamente pela produção associada autogestionária, gerando inúmeras oportunidades para atender, sem fins lucrativos, diversas demandas socioconstrutivas e socioespaciais, contribuindo para efetivar formas sustentáveis e responsáveis no desenvolvimento socioeconômico-espacial autogestionário. Com isso, os atuais entraves à produção associada autogestionária na construção civil e à formação de seu respectivo mercado autogestionário solidário reduziriam-se à medida que a integração das cooperativas de construção autogestionárias ocorressem em redes no sistema socioeconômico da economia social e as demandas construtivas e socioespaciais passem a ser atendidas pelas próprias relações autogestionárias estruturadas no território.

Nesse horizonte de atuação do segmento autogestionário da construção civil na economia social, adotar-se-ia a lógica da cultura produtiva autogestionária, diferentemente da lógica heterogestionária da produção capitalista, que é atualmente predominante na construção civil. Assim, a produção associada autogestionária na construção civil, ampliada à autogestão no território e envolvendo a ativação da cidadania, contribuiria para o desenvolvimento socioespacial atrelado ao cumprimento de suas funções sociais, com maior poder de decisão coletiva sobre o espaço público por parte dos cidadãos. Isso implicaria melhorias gerais nas condições de vida e de uso dos espaços urbanos, como também ampliariam e potencializariam reordenações territoriais locais e regionais, capazes de intervir na dinâmica de expansão urbana e nas excludentes práticas socioespaciais do capitalismo contemporâneo. Em suma, a reprodução das relações autogestionárias solidárias entre trabalhadores, produtores, usuários e consumidores tornar-se-ia a base socioeconômica fundamental que articularia esse movimento contínuo do segmento autogestionário da construção

civil, por meio da conformação das redes de construção autogestionária no sistema da economia social. Por esse encaminhamento, a satisfação das demandas construtivas e socioespaciais possibilitaria, de um lado, a geração de trabalho e renda, realimentando as atividades socioprodutivas autogestionárias; e, de outro lado, a autonomia coletiva na autogestão territorial, fortalecendo a economia social e organizando a convergência das ações socioeconômicas no território. Assim, o estabelecimento das práticas socioprodutivas autogestionárias criaria condições para a reprodução socioeconômica da produção associada autogestionária na construção civil numa determinada socioespacialidade de atuação das redes de construção autogestionária. Nesse contexto, as funções socioeconômico-espaciais das redes de construção autogestionária serviriam para reordenar relações entre economia, sociedade e produção socioespacial, numa dimensão ampla para a inserção socioeconômica do segmento autogestionário do setor da construção civil na dinâmica cotidiana da vida social.

Por fim, a produção associada autogestionária atuando na construção civil como um todo configuraria intervenções produtivas mais significativas para o desenvolvimento socioeconômico-espacial, favorecendo e fortalecendo o próprio sistema da economia social e, consequentemente, incrementar-se-ia a autogestão territorial, conduzindo-se à emancipação e justiça social.

CONCLUSÃO

A efetivação dessa proposição teórico-prática, possuindo uma exigência sistêmica socioeconômica-espacial, demanda, pois, uma conjugação ampla e generalizada na vida social, capaz de integrar diversas esferas da produção associada autogestionária na construção civil às ações socioeconômicas territorializadas. Além disso, os diversos atores sociais, econômicos, políticos, práticos e intelectuais necessitam constituir-se como novos agentes socioespaciais para reinventar suas relações socioeconômicas no sistema da economia social em autogestão territorial. Dessa forma, para haver um espaço concreto de economia social na construção civil em autogestão no território, é preciso haver uma constante reflexão acerca das ações autogestionárias e uma disseminação criteriosa de experiências e práticas socioprodutivas para a constante apropriação e ressignificação solidária dessas práticas socioeconômicas e socioespaciais. Em um autêntico sistema de economia social, mediante a produção associada autogestionária na construção civil, é preciso investigar continuamente os rumos das ações associadas autogestionárias junto às próprias práticas sociais, instituições e políticas públicas envolvidas. Assim, a prerrogativa da economia social na autogestão territorial requer espaços de avaliações críticas, discussões e questionamentos, preparando-se constantemente as pessoas para ser gestoras coletivas do próprio trabalho e da produção associada autogestionária, em conexão e convergência com os respectivos espaços sociais e territoriais implicados, bem como se relacionando solidariamente com o mercado autogestionário, que permite convergir trabalho, produção e consumo não concorrentiais e solidários, no cotidiano da produção social do espaço. Essa condição convoca, num horizonte amplo, a própria rearticulação das representações políticas dos movimentos sociais, cooperativas, associações, ONGs, sindicatos, universidades, como também as instâncias de governo relacionadas ao desenvolvimento da economia social nos âmbitos local, regional e internacional.

No Brasil e em outros países latino-americanos do Cone Sul, como Uruguai e Argentina, é possível identificar a possibilidade da aplicação prática das presentes proposições do *canteiro-escola* e das *redes de construção autogestionária*, a partir de uma mudança de paradigma com relação às noções sociais e econômicas dos papéis desempenhados pelo trabalho, produção e consumo no conjunto da construção civil, no cotidiano da vida social e na produção do espaço. Nesse sentido, espaços institucionais de governo voltados ao fomento da economia social (como a SENAES no Brasil, o INACOOP no Uruguai e a INAES na Argentina) poderiam promover, em suas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da economia social, essa perspectiva sistêmica, mais ampla e integradora da produção associada autogestionária na construção civil, com vistas a uma atuação efetiva da economia social no desenvolvimento socioeconômico-espacial, nos respectivos contextos sul-americanos. Por sua vez, espaços de representação e organização sociopolítica do cooperativismo e associativismo – como a Organização das Cooperativas Brasileiras no Brasil, o *Instituto Nacional del Cooperativismo* no Uruguai e a *Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo* na Argentina – já exercem um papel importante em direção à consolidação das diversas redes autogestionárias de colaboração solidária, que poderiam aprofundar essa perspectiva sistêmica da intercooperação socioprodutiva, socioeconômica e socioespacial, especialmente pela convergência dos grupos associados e cooperativas às federações e confederações no sistema da economia social. Por conseguinte, atingir-se-ia desde a escala local até a internacional, pelas múltiplas conexões sociais, políticas e econômicas relacionadas às redes em autogestão territorial. Isso contribuiria para integrar diversos segmentos e promoveria transformações radicais no atual contexto de fragmentação da produção associada autogestionária na construção civil, em direção à integração sistêmica dos agentes socioprodutivos em múltiplas escalas da economia social. Por outro lado, as universidades, em suas relações com a produção e compartilhamento do conhecimento, poderiam contribuir para desenvolver modelos alternativos em autogestão para o trabalho, produção e consumo, sem fins lucrativos, especialmente pela incubação e apoio ao desenvolvimento de empreendimentos relacionados à produção associada autogestionária na construção civil. Nesse conjunto de práticas sociais, destaco também as possíveis contribuições ao desenvolvimento tecnológico e à assessoria técnica apropriados e apropriáveis aos usos e fins sociais, mediante conexões entre conhecimentos e demandas da produção associada autogestionária, para desenvolver-se recursos teórico-práticos voltados para potencializar o desenvolvimento socioeconômico-espacial em autogestão.

A partir do exposto, é possível pensar na real constituição de uma nova economia socioespacial, que, partindo da produção associada autogestionária na construção civil, constituiria cooperativas de construção autogestionária. Atuaria também em autogestão territorial, por meio de canteiros-escolas para a educação para autogestão e de redes de construção autogestionária em colaboração solidária. Desse modo, poderiam superar os atuais limites mutualistas não econômicos de sua inserção, principalmente na produção habitacional e infraestrutura urbana. Por esse encaminhamento, poderiam também efetivar formas emancipadas de autonomia coletiva no atendimento socioeconômico autogestionário das demandas socioconstrutivas articuladas à autogestão territorial. Para tanto, é preciso incubar as condições socioprodutivas para uma ampla transformação socioeconômico-espacial da cultura produtiva autogestionária na construção civil, voltando-se para a atuação sistêmica dos atores da

economia social, nos próprios empreendimentos autogestionários de construção civil e em suas especificidades territoriais. Por conseguinte, fortalecendo esse direcionamento sociopolítico e socioeconômico, respectivamente pelo trabalho associado e pela produção associada autogestionária na construção civil, constituiriam-se as bases de economia social para essa ampla reordenação sistêmica das relações sociais, políticas e econômicas entre educação, trabalho, produção e consumo, numa dimensão ampla da vida cotidiana e da produção social do espaço. E, com isso, ressignificar o atual conjunto de atividades socioprodutivas em um sistema socioeconômico de economia social mais amplo e efetivo para a emancipação e justiça social.

O estabelecimento de uma cultura produtiva autogestionária na construção civil, baseada na economia social, poderia gerar muitos impactos positivos nas cidades em uma efetiva autogestão no território. Por fim, penso que a chave da transformação social rumo à sociedade pós-capitalista, emancipada do capital, encontra-se nas possibilidades que se desdobram da produção associada autogestionária na construção civil, por meio do desenvolvimento socioeconômico-espacial, sustentável e responsável, e que perpassa necessariamente pela reformulação da cultura produtiva autogestionária e, especialmente, por sua inserção na efetividade socioprodutiva das demandas construtivas e espaciais na vida cotidiana, conduzindo-se à produção autogestionária do espaço.

Cristiano Gurgel Bickel é arquiteto-urbanista e artista plástico. Doutor em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor adjunto da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: <bickel@ufmg.br>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- HARVEY, David. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, set./out. 2008. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Cadernos Metrópole/Observatório das Metrópoles*, v. 14. n. 28, jul./dez. 2012a. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=44:direito-ao-espa%C3%A7o-cotidiano-moradia-e-autonomia-na-metr%C3%B3pole&Itemid=165&lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. *A reprodução das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.
- _____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- _____. *O Direito à cidade*. 4. ed. São Paulo, Centauro, 2006.
- MANCE, Euclides André. *A Revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Redes de colaboração solidária. Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MOTHÉ, Daniel. Autogestión. In: CATTANI, Antonio David; CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Diccionario de la otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 2009.

- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí, 2001.
- _____. Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada. *Cadernos CEDES, Campinas*, v. 27, n. 71, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a06v2771.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2012.

A B S T R A C T *This paper presents a synthesis of the propositions of the author's dissertation entitled: "A construção civil na economia social: proposições à cultura produtiva autogestionária." In this paper, civil construction is problematized as a theoretical and practical location of socioeconomic transformation in order to overcome the capitalist production of space. Thus, one formulates critiques to the productive culture in heterogestionary and autogestionary manners, establishing theoretical and practical propositions to a social economy wide operating in civil construction. These propositions are summarized in the concepts of construction site-school for autogestion and autogestionary construction networks focusing respectively sociopolitical reproduction of the associated work in civil construction and socioeconomic reproduction of associated production in self-management in territory. Therefore, through the integrated action of work, production and consumption cooperatives cooperatives in segments such as real estate, infrastructure and building services, it is conceived a socioproducing system in social economy as a strategy for territorial autogestion.*

K E Y - W O R D S : *Autogestion; Civil Construction; Productive Culture; Social Economy; Production of Space.*